



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA



UnB

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Elizabeth Cancelli

Alexandre Lima

Clarimar Almeida Valle

Dione Oliveira Moura

Henryk Siewierski

Jader Soares Marinho Filho

Marília Steinberger

Ricardo Silveira Bernardes

Suzete Venturelli



OS ANTIGOS, O PASSADO
E O PRESENTE

François Hartog

José Otávio Guimarães
(Organizador)

Sônia Lacerda
Marcos Venier
José Otávio Guimarães
(Tradutores)

Coleção Perguntas

M. Almeida
3/06

EDITORA



UnB

2003

jamais fora dito, e sim dizê-lo como ninguém. A novidade não era o critério. Convém lembrar, enfim, que Isócrates jamais se dirigiu a nenhuma assembléia para pronunciar um discurso: sua voz demasiado fraca e sua timidez o teriam impedido de fazê-lo! Eram, pois, discursos fictícios, encenados como discursos políticos; mais precisamente, discursos de escola, propostos à atenção e à imitação dos alunos. Não cessavam, pois, de se mostrar fazendo-se, ao mesmo tempo como modelos a superar e, no fundo, insuperáveis (o que estava em jogo era a competência em utilizá-los). A partir desse exemplo de Isócrates, figura importante na linhagem dos sofistas e em oposição decidida a Platão, vê-se como essa concepção do *lógos*, que não deixava o menor lugar a uma *epistème*, e como esse diagnóstico sobre o presente e esse apelo ao passado delinearam todo um conjunto de práticas baseadas na imitação, no exemplo, no paralelo. A historiografia não passava de uma delas.

Roma e Grécia: as escolhas de Dionísio de Halicarnasso

Dionísio é na literatura um daqueles deuses desconhecidos, cujo culto é garantido pelo respeito com que nos afastamos de seus altares. Prestamo-lhes de bom grado as homenagens que têm direito a receber, com exceção da única que teria algum valor e utilidade, e que seria a de estudar suas obras.

P. C. F. Daunou, *Cours d'études historiques*

Quem são os romanos? Gregos autênticos, e Roma, desde sempre, desde o primeiro dia, foi uma cidade grega: quando Roma ainda não era Roma, já era grega. Tal é a simples e singular tese enunciada, repetida e demonstrada, com grande cópia de genealogias e etimologias, citações e testemunhos, por Dionísio de Halicarnasso em seu livro mais famoso. Tal foi igualmente a razão de ser daquela longa investigação, conduzida por um homem de letras do século I a. C., que fez a viagem de Halicarnasso a Roma para ali se instalar, exercer seu ofício de retor e desenvolver suas pesquisas. Um século e meio antes, Políbio lá estivera como refém. Dionísio foi por vontade própria, pouco depois de Augusto ter posto fim às guerras civis.

Vinte e dois anos mais tarde, ele apresentaria seu trabalho como um “dom em retribuição”, oferecido a Roma por todos os benefícios, e notadamente a *paideía* (cultura), que ela lhe prodigalizara. *Paideía*: a palavra não é neutra, pois, como se sabe, desde que Isócrates definira a grecidade como cultura, a diferença entre o grego e o bárbaro era, antes de mais nada, uma questão de cultura e não de natureza.¹ Se então Roma era vista por Dionísio,

(1) Isócrates, *Panegírico*, 50.

a exemplo da Atenas de outrora, como uma escola de *paideía*, estava bem claro que os romanos não eram, ou não eram mais, ou melhor, que nunca foram bárbaros. Mais ainda, no prólogo de seu tratado sobre *Os oradores antigos*, ele se congratulava pelo retorno da antiga retórica (*philósophos rhetoriké*), que fora quase eliminada por aquela outra, surgida na véspera ou na antevéspera, “de algum infame buraco da Ásia” (I, 1, 7). Na origem dessa feliz transformação, estimava, achavam-se o poder de Roma, que “forçou todas as cidades a olharem em sua direção”, e o valor dos seus dirigentes, homens de escol tanto por seu juízo quanto por sua cultura (*eupáideutoi*, I, 3, 1). Diferentemente das cidades da Hélade, esquecidas de sua herança, foram portanto eles que souberam revelar-se os verdadeiros depositários do classicismo (ou do aticismo), os reais homens de cultura: os autênticos gregos. Escolhendo estudar os mais famosos oradores antigos (ou seja, gregos), Dionísio, crítico literário estabelecido em Roma,² pretendia ampliar ainda mais esse sucesso (I, 4, 1): apoiar a opção dos dirigentes romanos, torná-los ainda mais ‘gregos’, ou fazê-los conhecer melhor a ‘sua’ herança intelectual.

Não se poderia da mesma forma pensar que nas *Antiguidades* estaria em ação uma preocupação similar, ou pelo menos simétrica: lembrando aos romanos (mas em grego) suas origens gregas, fazer saber de fato aos gregos, até então mal informados, como eles eram os ‘ancestrais’ dos romanos? Provar, pela primeira vez com todos os detalhes necessários (*akribós*), que os romanos não eram vagabundos sem eira nem beira, e sim descendentes do que poderia haver de mais autenticamente grego.

É precisamente assim que Dionísio justifica no prefácio a escolha do seu tema (I, 4, 2). Aparentemente medíocre, merecendo quando muito uma ‘arqueologia’, em realidade o tema das origens da cidade inscrevia-se de pleno direito na grande história (*koiné historia*), uma vez que Roma veio ocupar, pela extensão jamais igualada de sua dominação, no espaço e no tempo, o último (ou o primeiro) lugar no esquema da sucessão dos impérios. Assim, a ‘arqueologia’ pretendia ser, de pleno direito, *historía*;

(2) A. Hurst, ‘Un critique dans la Rome d’Auguste’, *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 30, 1 (1982), p. 839-865.

melhor ainda, história geral; e seu autor coloca-se logo de saída não apenas como antiquário, mas como historiador: ele é *ho syntáksas* (I, 8, 4), aquele que reúne e põe em ordem, historiador fazendo obra de historiador.

“Principio minha história nos ditos (*mýthoi*) mais antigos (...) e prossigo meu relato até a primeira guerra púnica” (I, 8, 11): ortodoxa declaração de historiador, começando por delimitar cronologicamente o seu assunto, com a diferença de que, lá onde o historiador começava por estabelecer, de um modo ou de outro, um corte (Heródoto separando o tempo dos deuses e o tempo dos homens, ou Tucídides demonstrando em sua ‘arqueologia’ que do passado não se podia escrever a *historía*), Dionísio reivindica a continuidade: dos *mýthoi* à história e a história a partir dos *mýthoi*. Na outra extremidade, o *terminus ad quem* revela um curioso uso da prática de legitimação segundo a qual, na seqüência dos historiadores, o seguinte retoma do ponto onde parou o precedente. Os historiadores passam, o relato continua, a história faz-se no presente. Dionísio, por sua vez, invertendo a seqüência, escolheu interromper-se lá mesmo onde o seu já distante predecessor (Políbio) havia começado: é a legitimação invertida e a história no passado.

Arqueologia, *historía*, as *Antiguidades* pretendiam ser além disso uma história ‘total’ de Roma: as guerras exteriores, mas também as internas; as constituições, as leis, mas também os costumes e portanto uma história ‘cultural’; uma *Bíos*. Dicearco escrevera um dia uma *Vida da Grécia* (*Bíos Helládos*); da mesma forma, Dionísio oferecia ao leitor uma *arkhaíos Bíos* de Roma (I, 8, 3), em que prova, justamente, que esta conhecera desde sempre uma ‘vida grega’ (*Bíos hélleñ*, I, 90, 1). Nesse deslizamento do substantivo (*Hellás*) ao adjetivo (*hélleñ*), vinha inscrever-se o projeto de Dionísio.

De saída, a empresa foi posta sob o signo da mistura. Dionísio fez questão de evitar uma história *monooidés*, à moda de Políbio,³ que se acantona em um gênero e se limita a uma só forma: a história ‘pragmática’, cuja austeridade garantia sua utilidade para o

(3) Políbio, IX, 2-7.

único destinatário que ela reivindicava, o político. Valia mais filiar-se à 'estamparia' (*poikilie*) de Heródoto ou à 'polimorfia' (*to polymorphon*) de Teopompo.⁴ Para nunca fatigar os leitores, continha misturar os gêneros e variar os estilos, conjugando assim prazer e utilidade (na forma de *exempla*) para uso dos praticantes da eloquência política, dos interessados em filosofia ou dos leitores comuns, simplesmente desejosos de distração.

Em não sendo bárbaros, seriam os romanos verdadeiramente gregos? Sim, responde Dionísio, tomando o cuidado de acrescentar que dessa descoberta ele não era o autor. Pois quanto mais ela fosse romana, ou apresentada como tal, maior seria enfim sua autoridade. Os primeiros a tê-la formulado haviam sido os que ele chama de "os mais doutos" historiadores romanos, a começar por Catão (I, 7, 3). Os aborígenes, os primeiros habitantes verdadeiros da Itália, não teriam sido autóctones, mas gregos. Para encontrar autóctones autênticos, nascidos do solo, seria necessário, demonstra Dionísio, buscá-los entre os etruscos. Esse detalhe nada tinha de anódino, pois permitia insinuar entre os etruscos e os romanos uma diferença de natureza. A identidade romana não tinha portanto de tomar os caminhos da Etrúria.⁵

Quanto às hipóteses e outras proposições sustentadas pelos autores gregos (e, no entanto, desde o século V pode-se contar um bom número delas),⁶ são simplesmente afastadas como pouco sérias. Nem Timeu, apesar de ter sido o primeiro historiador grego a falar longamente de Roma, nem mesmo Políbio, recebem melhor tratamento. Descartados também, e pelo mesmo motivo, os primeiros historiadores romanos: nem Fábio Píctor, nem os primeiros analistas investigaram com mais 'acribia' os começos de sua cidade. Não restavam assim na liça senão os "mais doutos" já referidos, dominados pela elevada e austera figura de Catão, autoridade incontestável na matéria, pois autor das *Ori-*

(4) Dionísio, *Carta a Gnaeus Pompeius*, 6.

(5) D. Musti, "Tendenze nella storiografia romana e greca su Roma arcaica: studi su Livio e Dionigi d'Alicarnasso", *Quaderni urbinati di cultura classica*, 10 (1970), p. 4-158; D. Briquel, "L'autochtonie des etrusques chez Denys d'Halicarnasse", *Revue des Études Latines*, LXI (1983), p. 65-86.

(6) Ver C. Ampolo, Plutarco, *Le Vite di Teseo e di Romolo*, Fondazione Lorenzo Valla, 1988, esp. p. 262-278.

gens, ou livro das *Fundações* (das principais cidades da Itália). Pouco suspeito de ser excessivamente filo-helênico, ainda que conhecesse o grego,⁷ ele figura, com Cícero, Varrão e alguns outros, entre os grandes intelectuais romanos que, propriamente dizendo, 'pensaram' Roma. Chegados muitas gerações antes da guerra de Tróia e do desembarque de Enéias na embocadura do Tibre, os aborígenes eram de origem grega. Com uma penada, Dionísio faz sua essa tese (que se torna: os romanos são gregos). Sua contribuição e seu trabalho consistiriam não em discuti-la em confronto com as demais (desacreditadas de saída), mas em reforçá-la, em trazer-lhe precisões e complementos, pondo a seu serviço todas as técnicas da crítica literária e todo o aparato de erudição antiquária dos gregos.

A elucidação da identidade dos aborígenes dá-nos um bom exemplo desse trabalho (I, 10-13). Quem eram eles originalmente, esses que, trocando duas vezes de nome, tornar-se-iam os latinos e, depois, os romanos? A questão era importante. Dionísio partiu da etimologia: toda a demonstração consistiria em passar de uma etimologia inadequada a uma outra, 'certa'. Segundo alguns, *aborígenes* significaria 'autóctones'; em grego, precisa Dionísio, nós diríamos *genárkhai* ou *protogónoi*. Outros, porém, nos antípodas desta primeira explicação, corrigem aborígenes para *aberrígenas* (*aberrare*) e, de acordo com toda uma tradição, fazem deles 'errantes': a etimologia junta-se ao modo de vida, donde, partindo daí, a possível aproximação com os lelégios, errantes bem conhecidos e sempre disponíveis.

Sem mesmo refutar essas explicações (que, opondo-se, se destroem por si mesmas?), Dionísio introduz logo em seguida o argumento de autoridade: os "mais doutos" dos romanos dizem que (...) os aborígenes eram gregos, vindos da Acaia muitas gerações antes da guerra de Tróia.⁸ O essencial, que não mais seria questionado, estava posto. Podia começar o trabalho do arqueólogo, pois os historiadores romanos, de sua parte, nada mais sabiam.

(7) J.-L. Ferrary, *Philhellénisme et impérialisme*, Roma, Escola Francesa de Roma, 1988, esp. p. 65-86.

(8) Mesmo que os historiadores romanos tivessem seguido um *mythos* grego (I, 11, 1), o importante era que fossem eles que o enunciassem.

Uma migração tivera lugar, mas quando, de onde, com quem, por quê? Tomando o bastão, Dionísio recomeça desta fórmula: “Se a tese deles é ‘exata’ (*bugiês*), então (...) os aborígenes não poderiam ter sido colonos de nenhum outro povo senão daquele hoje chamado árcade”. Em apoio dessa afirmação, ele começa por declinar a genealogia árcade até Oenotros, filho de Licaonte, que precisamente emigrou para a Itália. Cita em seguida três testemunhas de peso, todas confirmando essa presença oenotrense na Itália: Sófocles, o poeta, Antíoco de Siracusa, “um historiador razoavelmente antigo” (de fato, da segunda metade do século V) e Ferécides de Atenas, “que não cede o passo a ninguém como genealogista”. Conclusão: estou convencido (*peithomai*) que os aborígenes descenderam dos oenótridas. Pode-se então chegar à ‘boa’ etimologia do seu nome: boa, por dar uma descrição certa de sua história e de seu modo de vida. Por que aborígenes? Porque eles eram gente da montanha: *ab-oros*, segundo uma etimologia mista, latina e grega a um só tempo. Eles viviam na e vieram da montanha; de fato, “é uma particularidade dos árcades amar a permanência nas montanhas”.⁹ Assim vai a administração da prova.

Além da genealogia, da etimologia, da invocação de ‘testemunhos’, o investigador, para convencer-se e persuadir, lançava mão de todas as marcas, traços, restos, objetos (*mnêmata, ikbne, mnemeia, tekméria*) ainda visíveis.¹⁰ A isso se juntam, enfim, os testemunhos fornecidos pelas festas, pelos rituais e pelos sacrifícios. Os *Ludi Magni* (VII, 70-73) vêm confirmar, no seu campo, o parentesco (*syngéneia*) dos romanos e dos gregos. Apoiando-se na dupla autoridade de Fábio Píctor e Homero, Dionísio (que mais uma vez faz desaparecer todo o lado etrusco)¹¹ encontra uma cintilante confirmação do caráter grego dos rituais romanos e, particularmente, de sua maneira de sacrificar. Dessa leitura cruzada

(9) Se não eram eles mesmos autóctones, os romanos descendiam de autóctones, já que os árcades, de sua parte, o eram. Este ponto, porém, não retém a atenção de Dionísio.

(10) Ver, por exemplo (I, 45 ss.), como Dionísio trata a *aporía* da viagem de Enéias para tentar estabelecer o *píthanós*.

(11) J. P. Thuillier, ‘Denys d’Halicarnasse et les jeux Romains’, *Mélanges d’Archéologie et d’Histoire de l’École française de Rome (Antiquité)*, 87 (1976), p. 563-581.

depreende-se mesmo que os romanos souberam conservar certos costumes que os gregos haviam abandonado após Homero, como se eles fossem mais fiéis à tradição homérica que os próprios gregos.¹²

Por que essa escolha de Dionísio? Estaríamos diante de uma atividade meramente cortesã, obra de um beletrista pagando sua parte (o “dom em retribuição”) aos poderosos do tempo? Ou tratar-se-ia apenas de um jogo erudito? Um divertimento sem ligação com a realidade, em que a destreza no manejo das genealogias e a habilidade em brincar com as tradições bastavam para alegrar os espirituosos e esgotavam as intenções? Mais próximo, em suma, da *Franciade* de Ronsard, e de todas as variações sobre as origens troianas dos francos, que das *Recherches de la France* de Pasquier? Não é melhor reconhecer que algo estava realmente em causa na escolha de Dionísio e na sua resposta à questão da identidade dos romanos? Qual podia ser o projeto de um homem que, num momento em que a dominação romana já se tornara havia muito uma evidência quotidiana, empreendia explicar, em primeiro lugar a seus compatriotas mal informados ou mal dispostos, as origens de Roma? Não estaria apenas repetindo, em grego e com atraso, o que os romanos já haviam escrito há tempos em latim? Seria Dionísio um homem em retardo no seu tempo? Talvez se pudesse dizê-lo, se ele estivesse sozinho; mas, no mesmo momento, a questão ocupava Varrão, Tito Lívio e, mais que todos, Virgílio. Longe de ultrapassado, o assunto parece, antes, de atualidade.

Além disso, teria a mesma afirmação – os aborígenes são de origem grega – o mesmo significado quando Catão a propusera e quando Dionísio, citando-o, a retoma? Em Catão, que foi o primeiro a escolher escrever história em latim, ela pode ter servido como instrumento de emancipação simbólica, permitindo escapar à divisão gregos/bárbaros, ou subvertê-la. “Vocês, gregos, nos classificam entre os bárbaros, mas tanto nós não o somos que possuímos ancestrais gregos”. Retomada em grego, para leitores gre-

(12) Desponta aqui o tema de uma maior autenticidade de Roma. Dionísio dá o exemplo da nudez completa dos lutadores: ela não vigorava no tempo de Homero, nem vigora ainda em Roma, ao passo que na Grécia foram os lacedemônios que a introduziram.

gos, ela transmitia uma informação que, admitamos, perdera muito de sua atualidade depois de quase dois séculos. Nenhum grego pensaria mais, nesse princípio da era de Augusto, em colocar os romanos pura e simplesmente do lado dos bárbaros. Estrabão não lhes reconhecia, naquele mesmo momento, a missão histórica de prosseguir a obra dos gregos na civilização da *oikouménē*? Doravante, dizer que os romanos eram gregos não significaria antes afirmar: “Nós gregos somos um pouco romanos; somos seus parentes, a bem dizer, seus avós, e o seu império é assim também um pouco nosso”? Desse império greco-romano, que com Augusto se delineava ainda mais claramente, a genealogia vinha, em suma, legitimar a existência e a evidência, assim como o lugar nele reservado às elites gregas: o ‘seu’ lugar, e todo ele.

Mas o horizonte intelectual no interior do qual se inscrevia a arqueologia romana de Dionísio era um espaço grego do saber, de que Homero figurava como o primeiro ordenador. Junto com as cinco vagas sucessivas de migrações, estendia-se sobre a Itália uma rede de malhas bem cerradas: a da genealogia grega, que sabia nomear sem lacunas a continuidade de suas gerações.

De Dionísio a Estrabão (no livro I de sua *Geografia*), encontra-se a mesma operação: um desenvolve uma genealogia, o outro percorre um espaço, mas em ambos os casos propõe-se ou prova-se que as primeiras balizas são gregas. Por que Estrabão consagrou tantas páginas e cuidados a sustentar que Homero era o ‘arquegeta’ da geografia senão para provar que já com Homero os gregos conheciam, e portanto ‘controlavam’, a *oikouménē* e seus limites? Mesmo sendo um poeta, Homero não era menos veraz. Estrabão só podia defender uma leitura realista das viagens de Ulisses, que realmente haviam tido por cenário a Sicília e a Itália. Já Políbio estimara necessário refutar o hipercriticismo de Eratóstenes (“Encontrar-se-á, dissera este último, o lugar das errâncias de Ulisses no dia em que se encontrar o correio que costurou o odre dos ventos”). De modo nenhum, replicam Políbio e Estrabão.¹³ Se a geografia é grega, isso quer dizer, antes de mais nada, que Ulisses foi o primeiro a ter visto e sobretudo falado

(13) Estrabão, I, 2, 15.

sobre esses lugares, e Homero o primeiro a ter posto em palavras (gregas) o espaço, todo o espaço.¹⁴

Para nós, hoje, Dionísio, que aparece como testemunho das relações entre Grécia e Roma, era além disso parte interessada na construção de uma nova representação dessas relações. Era ainda a visão de um vencido, mas de sétima geração! Como Políbio, Posidônio, Panécio ou Estrabão e, logo a seguir, Plutarco ou Hélio Aristides, ele se inscreve na linhagem daqueles intelectuais gregos que olharam para Roma, senão a partir de Roma, e que, em todo caso, a tomaram como objeto de suas pesquisas ou reflexões.

Hoje pouco conhecido e pouco lido (a última tradução francesa remonta a 1723), Dionísio conheceu algumas vicissitudes póstumas: depois da luz, a poeira do esquecimento. Entre sua redescoberta (a primeira tradução latina das *Antiguidades* data de 1480 e a grande edição de R. Estienne é de 1546) e o século XVIII, gozou de uma grande autoridade. Foi julgado superior a todos os historiadores latinos, mas também aos gregos, por sua maneira de apresentar as antiguidades de Roma. Ressaltava-se que ele falou dos romanos de um modo mais honroso do que estes jamais fizeram dos gregos. Scaliger felicitou-o por seu exato cuidado com a cronologia e Bodin louvou sua seriedade. Sem contestação, foi reconhecido como superior a Tito Lívio.

Era ainda essa a opinião sustentada nos prefácios às duas traduções francesas, publicadas uma logo após a outra, em 1722 e 1723.¹⁵ Bellanger, o segundo tradutor, elogia-o particularmente

(14) De modo ainda mais amplo, a demonstração de Dionísio integra o número das reflexões, verdadeiro gênero literário, desenvolvidas pelos gregos sobre as origens dos povos [ver E. Bickerman, ‘Origines gentium’, *Classical Philology*, XLVII (1952), p. 65-81]. Ela estava igualmente ligada àquele fenômeno (cada vez mais visível a partir da época helenística), que a epigrafia registra e para o qual L. Robert com frequência chama a atenção: o uso da idéia de parentesco (*syngéneia*). Os decretos e a linguagem de chancelaria davam lugar e direito a essas pretensões e reivindicações. Assim, a pequena cidade de Heracléia (do Latmos) reivindicou seu parentesco com os etólios (L. Robert, *Documents d’Asie Mineure*, Paris, de Boccard, 1987, p. 177-185). Ver também D. Musti, ‘Sull’idea di *syngéneia* in iscrizioni greche’, *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*, 32 (1963), p. 225-239.

(15) *Les antiquités romaines de Denys d’Halicarnasse*, pelo padre F. Le Jay; a tradução de 1723, inicialmente publicada anônima, é de Bellanger, ver C. Grell, ‘Les Origines de Rome: mythe et critique. Essai sur l’histoire au XVII^e et au XVIII^e siècles’, *Histoire, Économie, Société*, 2 (1983), p. 255-280.

por ter querido romper “a odiosíssima distinção de todos os povos em gregos e bárbaros”, ficando bem entendido que a “ vaidade grega” classificava os romanos nesta última categoria. Dionísio teria, assim, optado por Roma para contrariar a arrogância grega.

Mas Dionísio vivia então os últimos momentos de uma existência póstuma que aliava aos elogios as marcas de deferência; a curva do destino iria inverter-se por muito tempo. Arqueólogo dos primeiros tempos de Roma, ele não poderia ter deixado de ser completamente envolvido no imenso debate, que se iniciava e alastrava, sobre “a incerteza dos primeiros séculos de Roma”. Sua deflagração pública foi causada pela polêmica que, de 1722 a 1725, travaram, na Academia de Inscrições e Belas Letras, Levesque de Pouilly e o abade Sallier.¹⁶ Pouilly, matemático e introdutor de Newton na França, procurava demonstrar a incerteza, enquanto Sallier, professor de hebraico no Colégio Real, defendia a certeza. O que estava em jogo nesse debate, duplamente sobredeterminado pela ‘Querela dos antigos e modernos’ e pela questão do pirronismo em história, excedia amplamente as *Antiguidades*, e mesmo Roma. Dionísio foi entretanto questionado sobre suas fontes e intimado a apresentar suas provas: de onde obtivera ele o que sabia?

Se foi dito de Atenas que ali só se andava sobre monumentos celebrados pela história, escreve Pouilly, retomando Cícero, pode-se dizer de Roma que ali somente se viam monumentos ilustrados por fábulas.

Sallier não teve outro recurso além de afirmar (solicitando a autoridade de Cícero) “a cadeia contínua de uma tradição confiante e ininterrupta”, desde as próprias origens de Roma até o autor das *Antiguidades*. Se Pouilly, acusado de ser *philosophe*, foi reduzido ao silêncio, as questões iriam continuar seu caminho.

(16) Pouilly abriu o debate com sua ‘Dissertation sur l’incertitude de l’histoire des quatre premiers siècles de Rome’ (15 de dezembro de 1722), *Mémoires de l’Académie*, t. VI. Sallier respondeu, Pouilly replicou. Sallier contra-atacou (foram ao menos quatro as memórias por ele consagradas ao caso), Fréret entrou em cena (17 de março de 1724): ‘Sur l’étude des anciens historiens et sur le degré de certitude de leurs preuves’.

Elas seriam fortemente retomadas alguns anos mais tarde por L. de Beaufort, em sua *Dissertation sur l’incertitude des cinq premiers siècles de l’histoire romaine*,¹⁷ na qual se acha consumada a desgraça de Dionísio. Erudito protestante estabelecido nos Países Baixos, Beaufort pretendeu passar pelo crivo de sua crítica os testemunhos dos historiadores antigos de maior crédito e, de certa forma, virá-los contra si mesmos para abalar os fundamentos em que se apoiava a história dos primeiros séculos. Assim, não teve dificuldade em mostrar que nenhum deles sustenta ter visto com seus próprios olhos os famosos *Anais dos pontífices*, nem mesmo Dionísio, a quem todo um capítulo é consagrado. Este significativamente se intitula ‘Do caráter de Dionísio de Halicarnasso e da confiança que se pode ter em sua história’.

Pela primeira vez, com efeito, a escolha de Dionísio e sua pessoa eram contestadas: o caráter vinha testemunhar contra a obra, cuja autoridade era denunciada como enganadora. Ela era ‘ostentação’ antes de tudo. Dionísio não tinha, nem podia ter, as provas do que afirma, mas “faz como se”: afeta exatidão e sinceridade. “Como ele exhibe crítica e erudição em muitas de suas pesquisas e de suas discussões, deixamo-nos facilmente ofuscar por uma aparência de exatidão e de boa-fé, que entretanto nada tem de real, quando iluminada de perto”.¹⁸ Que objetivo perseguira? “Fazer os gregos carregarem com mais paciência o jugo que uma nação por eles vista como bárbara lhes havia imposto”. A escolha de Roma, até então valorizada como lúcida e corajosa, carregou-se de conotações negativas: Dionísio não passava de um lisonjeador fazendo sua corte aos romanos e de um traidor da Grécia. Nesse ponto, Beaufort introduz uma aproximação muito interessante com Flávio Josefo, “que cuidou bem mais de cortejar os pagãos que de se conformar à exata verdade”,¹⁹ a seu modo, Dionísio

(17) Beaufort publicou a primeira edição em 1738, em Utrecht. A segunda é de 1750, reeditada em Paris em 1866. Sobre Beaufort, ver a tese de M. Raskolnikoff, *Histoire romaine et critique historique dans l’Europe des Lumières: la naissance de l’hypercriticisme dans l’historiographie de la Rome antique*, Strasbourg, 1986.

(18) Beaufort, *Dissertation sur l’incertitude des cinq premiers siècles de l’histoire romaine*, Paris, Maillet, 1866, p. 138.

(19) *Ibid.*, p. 129.

fora, ele também, um “judeu de corte”. E fracassado, já que os romanos, cuja vaidade adulava, continuaram a contar suas origens sem dar importância a suas demonstrações.

Tito Lívio, em troca, foi reabilitado: não que soubesse mais sobre as origens, mas justamente porque confessa praticamente nada saber sobre elas. Sua ‘sinceridade’ salvou-o e devia fazê-lo preferível a Dionísio, condenado como homem e como historiador.²⁰

O autor das *Antiguidades* entrara em um longo purgatório! A historiografia alemã do século XIX, dando seguimento, em suma, às críticas do protestante Beaufort, teve-no em pouca estima. Tratava-se de um *graeculus*, um greguinho, ao mesmo tempo literato demais para ter sentido profundamente o drama humano dos gregos vencidos por Roma e limitado demais, ignorante demais para apreender a realidade de Roma (o Estado e o direito). Embora ocupado em cantar louvores a Roma como verdadeira representante do helenismo, foi incapaz de apreender o que poderia significar realmente, para homens como Catão e Varrão, o estudo de suas origens. De fato, conclui E. Schwartz, ele foi apenas um “greguinho pedante”.²¹

Enfim, uma última crítica partiu de Dionísio, crítico literário, para voltá-lo contra Dionísio, historiador. A obra retórica, de que se reconhecia a importância, veio ainda desvalorizar a obra histórica, tal foi o veredito de M. Egger, no início do século XX. No momento em que a história clamava seu horror à literatura, proclamava-se ciência positiva e organizava-se firmemente como disciplina no bastião da nova Sorbonne. No momento, portanto, em que Tucídides tendeu a ser reconhecido como pai daquela história, Dionísio, o incorrigível retórico, só podia ser energeticamente denunciado e reprovado, em nome da necessária separação (de que ele sequer suspeitou) entre a história e aquela retórica na qual Michelet, lembra Egger, reconhecera a antevisão da imbecilidade bizantina. A melhor prova dessa ignorância minuciosa estava nas críticas que ele considerou de bom alvitre fazer ao próprio Tucídides. Não se metera a corrigi-lo, e mesmo a reescre-

(20) *Ibid.*, p. 135.

(21) E. Schwartz, *Paulys Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, V (1905), s.v. ‘Dionysios’, coll. 934-961.

ver passagens inteiras? “Perdoemo-lhe, conclui Egger, irônico porém lúcido, por ter mal compreendido o gênio de Tucídides”!²² Ainda uma vez, ele não passava de um professorzinho grego, um *graeculus*, comparado a seus grandes ancestrais, um retor que se fez de historiador, mas incapaz de ver além da sua retórica. As *Antiguidades* eram um modelo, mas totalmente negativo, “um modelo acabado do que pode produzir a intrusão da retórica na história”.²³

O que restava então a Dionísio? Inferior a Tito Lívio, como historiador estava abaixo de seu assunto e, como homem, abaixo de si mesmo. O que restava mesmo de Dionísio? E, no entanto, a curva de seu destino iria novamente infletir-se, conhecendo uma reviravolta e um reerguimento, como testemunham, nos últimos 25 anos, os trabalhos desenvolvidos nos Estados Unidos por G. W. Bowersock²⁴ e, na Itália, por E. Gabba.²⁵ Não que Dionísio se tenha subitamente tornado, ou voltado a ser, uma autoridade sobre as origens de Roma; é simplesmente um testemunho a que começaram a fazer-se outras perguntas. Os pontos de vista deslocaram-se, e os questionários modificaram-se. Assim, é o Dionísio evocado por mim há pouco que nos interessa hoje. Mudança de ponto de vista, a partir do momento em que se lê nas *Antiguidades* não mais uma história das origens, mas uma história sobre as origens, uma história em segundo grau, já uma historiografia, suscitada e

(22) M. Egger, *Denys d'Halicarnasse: essai sur la critique littéraire et la rhétorique chez les Grecs au siècle d'Auguste*, Paris, A. Picard et fils, 1902, p. 232.

(23) *Ibid.*, p. 294.

(24) G. W. Bowersock, *Augustus and the Greek world*, Oxford, Clarendon, 1965.

(25) E. Gabba, ‘La storia di Roma arcaica di Dionigio d’Alicarnasso’, *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 30, 1 (1982), p. 799-816, que se refere na bibliografia a numerosos artigos consagrados por Gabba a Dionísio. A partir do momento em que se tratam as *Antiguidades* não como história, mas antes como historiografia das origens, há duas razões, para Gabba, de se interessar por Dionísio: ele traz um testemunho sobre a mentalidade de um grego da época de Augusto; pela sua fidelidade às fontes que utilizou, permite-nos apreender algo da analítica romana do II e I séculos, de seus métodos e seus objetivos. Assim, Gabba estima que a ‘constituição de Rômulo’ do livro II é o eco de um panfleto político da época de Sila. Ver também Cl. Schultze, ‘Dionysius of Halicarnasse and his audience’, em I. S. Moxon, J. D. Smart e A. J. Woodman (orgs.), *Past perspectives: studies in Greek and Roman historical writing*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, p. 121-141.

produzida por conjunturas diferentes, com estratos múltiplos, e na qual não é fácil desemaranhar os traços dos diversos interesses aos quais os historiadores, tanto gregos como romanos, procuraram responder. A serviço de Roma e partilhando os valores da aristocracia romana (o que explica ao mesmo tempo uma adesão sem falhas à ordem romana e a presença do tema da decadência de uma Roma que, justamente, ‘esquecera’ os valores de suas origens), Dionísio, como outros e já depois de outros, teve a intenção de reelaborar um passado, visitar uma cultura, em suma, reinventar uma tradição. Ou pelo menos de correr esse risco, com os meios e também os limites de um retor do século I, cujo discurso pretendia não dizer a verdade, mas produzir o ‘crível’. A operação ‘arqueológica’ consistia em retirar o ‘mítico’ e aumentar a porção do verossímil, para tender ao relato “o mais semelhante à verdade” que se pudesse escrever.

Roma é uma cidade grega, e desde sempre os romanos levaram uma ‘vida grega’. Vindos originalmente dessa Grécia da Grécia que é a Arcádia, conclui Dionísio (I, 89, 3), não existe nada mais ‘puramente’ nem mais ‘antigamente’ grego que os romanos. Mas fez ele de fato explodir, como por isso o felicitara Bellanger, o binômio grego/bárbaro pela introdução de um terceiro termo? Poderíamos pensá-lo, quando anuncia (I, 5, 3), por exemplo, que vai provar ao leitor que Roma havia dado, desde seus começos, maiores provas de excelência (*areté*) do que qualquer outra cidade ‘grega ou bárbara’. Mas a expressão estava havia muito tempo em uso, simples maneira cristalizada de dizer ‘toda a gente’; será que as palavras que a compõem ainda podiam ser escutadas por quem as pronunciava ou recebia? E para designar o surgimento de uma entidade nova, que, se certamente não estava do lado dos bárbaros, nem por isso se confundia com o outro termo do binômio?

Em outros momentos, principalmente quando os migrantes sucessivos deviam bater-se contra ‘bárbaros’,²⁶ ele parece estar simplesmente repetindo o uso do binômio, contentando-se em in-

(26) Por exemplo (em I, 16, 1), os aborígenes contra os bárbaros (sículos), ou (em I, 20, 1) os aborígenes associados aos pelasgos, ainda contra os mesmos sículos.

cluir *ipso facto* os futuros romanos no conjunto grego. Porém, a propósito de rituais sacrificiais (pelos quais Dionísio se interessava de perto, como testemunhos de uma identidade cultural), escapa-lhe a fórmula “nós gregos” [utilizamos a cevada], ao passo que “os romanos” [recorrem à espelta]. Este ‘nós’ diante ‘eles’ é fugidio como um lapso.

Na lógica dessa perspectiva, a história de Roma torna-se a de uma “barbarização” sob efeito da “mistura”, a partir de uma pura grecidade original. Trata-se de uma outra versão do tema da decadência. Seria mesmo de “espantar-se que ela não tenha sido inteiramente barbarizada por ter acolhido ópicos, mársios, samnitas, tirrenos, brúttios e milhares de úmbrios, lígures, iberos e celtas, etc.” O exemplo de outras cidades coloniais instaladas em meio bárbaro mostra efetivamente que Roma, mesmo se “desaprendeu” alguns dos seus primeiros costumes, resistiu surpreendentemente bem.

Muitas outras, com efeito, desaprenderam em pouco tempo toda a sua grecidade, ao ponto de não mais falarem grego, de não mais seguirem os hábitos gregos, de não mais reconhecerem os mesmos deuses nem as leis temperadas dos gregos [todas as coisas que prioritariamente marcavam a diferença entre a natureza (*phýsis*) grega e a natureza bárbara], nem mesmo qualquer outro sinal distintivo.²⁷

Os aqueus do Ponto, ao contrário, “esqueceram” completamente sua grecidade original e tornaram-se “os mais selvagens dos bárbaros”. Ao correr dessas observações sobre a aculturação, Dionísio nos informa subitamente que existia para ele não apenas uma *cultura* (*tò hellenikón*), mas também uma *phýsis* grega, distinta da natureza dos bárbaros. Como elas se articulam uma à outra? Não se sabe bem. Os romanos, em todo caso, tinham uma e outra por herança.

Testemunha particularmente essas misturas a língua latina, que não é nem completamente grega nem verdadeiramente bárbara, mas um composto de ambas (em que domina o dialeto

(27) Dionísio, I, 89, 4.

eólio),²⁸ tendo por consequência que os romanos não consigam “pronunciar corretamente todos os sons articulados” (I, 90, 1)!

Mas Dionísio não podia datar a mistura apenas do dia em que a cidade se abriu aos bárbaros ópicos ou outros, enquanto toda a tradição clamava que já de saída Roma fora posta sob o signo da mistura. Mistura sim, mas entre gregos, poderia retorquir. Ele não se arriscou a isso verdadeiramente, deixando as coisas algo vagas. Mistura dos aborígenes com os pelasgos, dos latinos com os recém-chegados troianos (I, 60, 1; 89, 2); dos albanos nos é dito que provinham de uma mistura de gregos de diversas origens, mas também de um elemento bárbaro local (II, 2, 2). Quanto à tropa de colonos que um belo dia deixou Alba para fundar Roma, é simplesmente explicado que Rômulo e Remo a misturaram com “aqueles que estavam lá”, uma população local presente não se sabe bem como (I, 85, 4). Ao mesmo tempo expressiva e vaga, marcada de modo positivo (crescimento) ou negativo (barbarização) conforme o momento, a metáfora da mistura, no uso que dela fez Dionísio, mostra que ele oscilou entre dois modelos gregos para pensar a fundação: a *apoikía* e o sinecismo.²⁹

Primeiro, o modelo colonial, com expedição e instalação de colonos: Roma é, propriamente, uma colônia (*apoikía*). A marcha por etapas para Roma podia mesmo ser concebida como uma lenta *apoikía*, inaugurada com a primeira migração árcade (I, 11, 1) e só terminada com a última partida de Alba, descrita por Dionísio com grande luxo de pormenores. Aos dois jovens, seu avô confiara não somente uma tropa de colonos (ela mesma composta por diversas categorias), mas também fornecera “dinheiro, armas, trigo, escravos, bestas de carga e tudo o que era indispensável à construção de uma cidade”. A essa futura colônia não faltou nem uma agulha! Dionísio usa e abusa desse modelo, que se adaptava

(28) Catão, *Origens*, I, 19 (Servius, *Ad Verg. Aen.*, 5, 755): “De fato, não está provado que Rômulo ou os seus não conhecessem o grego por essa época, quero dizer o eólio; é o que afirmam Catão, em sua arqueologia romana, e o mui erudito Varrão, no preâmbulo de seus escritos sobre Pompeu: Evandro e os outros árcades vieram outrora para a Itália e espalharam a língua eólia entre os bárbaros”. Ver E. Gabba, ‘Il latino come dialetto greco’, *Mélanges Augusto Rostagni*, Turim, Bottega d’Erasmus, 1963, p. 188-194.

(29) M. Casevitz, *Le vocabulaire de la colonisation en grec ancien*, Paris, Klincksieck, 1985, p. 128-130 e 202-205.

perfeitamente à lógica de sua própria tese: quanto mais Roma resultasse de uma *apoikía*, mais teria chances de ser grega.

Nesse ponto da história, ele precisava ainda livrar-se de Remo. A regra, aliás, não era que uma colônia tivesse dois arquejetas. Sua maneira de proceder é interessante, pois lançava mão igualmente de noções ou referências gregas que permitiam a um só tempo respeitar a tradição (morte inevitável de Remo) e engendrar um relato verossímil, desembocando naquele ato de violência. Quando a tropa de colonos sai de Alba, ela é compósita, mas una; e assim permanece, mesmo após ocorrer a ‘mistura’ com os restos da população local residente sobre o Palatino e em torno da colina de Saturno. A divisão intervém logo depois: Rômulo e Remo decidem cindi-la em duas a fim de, pensavam eles, suscitar a emulação (*philotimía*) e apressar o fim dos trabalhos. Infelizmente, a *philotimía*, positiva, transforma-se em *stásis*, totalmente negativa. Antes mesmo que a cidade seja fundada, com a introdução do par *philotimía-stásis*, somos mergulhados no universo bem conhecido das lutas pelo poder no interior da *pólis*. Roma ainda não é Roma, mas já se parece com a cidade que Plutarco descreverá em seus *Princípios políticos*. O mesmo vocabulário político serviu para descrever suas intrigas, ambições, corridas ao poder que punham em jogo os notáveis e suas facções (I, 85, 6), até a guerra civil e o assassinato. Tudo parte, em suma, da ambivalência de *philotimía*, de que podia ‘sair’ um discurso conferindo inteligibilidade e verossimilhança a acontecimentos que, de outro modo, seriam desprovidos dessas qualidades. No fim das contas, pensa-se, não chega a ser surpreendente que as coisas se tenham passado assim!

A esse registro completamente político superpõe-se um outro, pré-político se quisermos, cujo universo de referência não seria mais a cidade helenística e suas lutas, mas antes *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo. Com sua célebre abertura sobre *Éris* (a boa e a má Querela), dirigida a seu irmão Perses, com quem justamente ele estava em litígio: uma, levando a rivalizar com outrem, é “boa para os mortais”; a outra “faz crescer a guerra e as discórdias funestas”.³⁰ Da mesma forma, *éris* veio se instalar abertamente

(30) Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*, 11-16.

entre os dois irmãos, Rômulo e Remo, desde o instante da divisão em dois grupos, e logo se tornou uma “má querela” (I, 87, 1-2). O cruzamento entre os dois registros se faz sem dificuldade: passe-se de *philotimía* a *éris*, ou de *stásis* a *éris*. Ao escolher justamente a palavra *éris*, Dionísio acrescentou uma outra dimensão ao seu texto, quase uma outra intriga da qual ele podia puxar o fio de seu próprio relato. O desejo de comandar (*philarkhía*), do qual são presas os dois irmãos, é dito *akoinónetos*; a expressão é interessante, pois joga com os dois registros evocados. Primeiro, seu desejo do poder não tolera nenhuma partilha; cada um quer tudo somente para si. Estamos no domínio da *éris* ‘pré-política’. Mas essa vontade traduz também uma negação completa de qualquer forma de comunidade (*koinonía*); impede ou destrói todos os laços sociais.³¹ Assim, a *éris-stásis* só pode acabar em uma matança, a qual também mistura os dois registros: irmãos e ‘concidadãos’ se entremassacram (*apó te toû adelphoû kai politikês alleloktonías*, I, 87, 3). Vitorioso, mas triste, Rômulo, doravante o único oicista, vai poder fundar Roma.³²

Porém, assim como não podia afastar completamente das origens de Roma a mistura, Dionísio não pôde manter até o fim o uso apenas do modelo da fundação colonial. Tanto mais que ele estava de fato isolado e, também nesse ponto, contradizendo de forma por demais evidente a tradição. Nem Cícero, nem Tito Lívio, nem Virgílio, nem mesmo Plutarco lhe serviam de apoio. A acreditar neste último, Roma seria mesmo o contrário de uma fundação por envio de colonos, uma vez que foram os cidadãos de Alba que, recusando-se a receber todo aquele bando de marginais recrutados pelos dois irmãos, não lhes deixaram outra escolha que não a de se instalarem alhures e por sua própria conta.³³

O segundo modelo disponível era o do sinecismo: a nova cidade não proveio da chegada de colonos vindos de uma metrópole, mas da reunião de populações já presentes no local. Dionísio utiliza-o por alusão, deixando entender que Roma resultou de

(31) Por outro lado, Roma, uma vez superada essa crise em que por pouco não deixou de nascer, seria chamada por Dionísio de *pólis koinótate* (I, 89, 1).

(32) Para Dionísio, com efeito, o relato mais crível (*pitbanótatos*) faz Remo morrer antes de se iniciar a operação da fundação propriamente dita. Ele estava sozinho nesta opinião.

(33) Plutarco, *Vida de Rômulo*, 9, 2.

um sinecismo, ou que houve sinecismo nessa história, mas jamais se interroga sobre a compatibilidade ou a articulação dos dois modelos. Tratava-se de uma *apoikía* ou de um sinecismo? Ou de uma mistura de ambos? Evocar o sinecismo tinha uma vantagem suplementar, na medida em que o mestre na matéria, a sua referência por excelência, era Teseu.

É verdade que Dionísio não faz um paralelo entre o nascimento de Atenas como cidade e a fundação de Roma, mas o seu Rômulo devia ter, para um grego, algo de Teseu (como se sabe, logo Plutarco os associaria). O longuíssimo discurso de Rômulo no começo do livro II, suas surpreendentes interrogações acerca do regime que convinha estabelecer, sua virtual oferta de renúncia ao poder, tudo isso encontrava um precedente na conduta do Teseu de Isócrates, por exemplo. Pondo à disposição um modelo de conduta plausível e conhecido, a figura de Teseu vinha ajudar Dionísio a colocar em relato a fundação e a construir sua intriga (uma vez suprimido Remo e satisfeitas as exigências da tradição). Ela tornava quase verossímil a interrogação sobre a *politeía*: como Teseu, Rômulo propõe ao povo reunido a questão do regime a instaurar.³⁴ Mas é ocioso dizer que depois de Políbio, que dela fizera o ponto central de sua reflexão sobre a potência romana, não se podia mais pretender falar de Roma sem dar ênfase à sua constituição; esse era o preço da credibilidade. A ‘constituição de Rômulo’ é a maneira pela qual Dionísio satisfaz essa exigência e respondeu a essa expectativa. Não sem se contradizer um pouco, pois após ter afirmado, com Políbio e Cícero, que a constituição romana não saíra toda armada da cabeça de um legislador, por divino que fosse, mas era antes uma criação continuada e o produto de numerosas experiências (I, 9, 4), põe de repente em cena o desfraldar dessa constituição nova, tempo forte da fundação, e mesmo quase uma nova fundação.

Por essa inencontrável constituição, fica claro que Roma era mesmo uma cidade (*pólis*). Políbio, usando categorias da filosofia política grega, já o havia amplamente provado. Ao livro VI de Políbio corresponde o livro II de Dionísio, mas enquanto um desenvolve uma reflexão de tipo estrutural, o outro pôs em forma de rela-

(34) Isócrates, *Elogio de Helena*, 36; *Panatenáico*, 129.

to (Rômulo procedeu a (...), empreendeu (...), criou (...), resolveu, etc.) e historizou (tal instituição, tal mecanismo foi tomado de empréstimo à Grécia (...)). Além disso, com a mudança dos tempos, o “caráter misto” da constituição não estava mais na ordem do dia: o Senado não mais desempenha o papel central na maquinaria do poder. Ele lembra o conselho dos anciãos em torno do rei homérico: todos os reis

dispunham de um conselho constituído pela elite dos cidadãos, como testemunham Homero e os mais antigos dos poetas. E contrariamente ao que se passa hoje, o poder real arcaico não era nem arbitrário nem absoluto (II, 12, 4).

Eis o que se concedeu às nostalgias senatoriais.

Cidade desde sempre, Roma era além do mais, segundo Dionísio, uma cidade plenamente realizada, mais bem-sucedida que as mais renomadas cidades gregas clássicas, Esparta, Atenas ou Tebas. Não se contentando em tomar emprestada tal ou qual instituição, os romanos souberam, desde os tempos de Rômulo, aperfeiçoar o modelo. Assim, do patronato, que era uma antiga prática grega (porém mais próxima de fato da escravidão), souberam fazer uma instituição central: entre o patrono (patrício) e o cliente (plebeu) instaurava-se toda uma gama de obrigações recíprocas, que funcionava a longo termo como verdadeira relação de parentesco (II, 9-10). Criador de concórdia (*homónoia*), o patronato fez de Roma uma cidade capaz de controlar suas lutas internas, sua *stásis*, essa guerra pelo poder que as cidades gregas, por seu lado, nunca souberam conter duravelmente. Roma, que no entanto começara sob o signo da *stásis* fratricida, a pior que existe, conseguiu em seguida, durante 630 anos – até Caio Graco, precisa Dionísio –, substituir o assassinio pela persuasão (II, 11, 2). Eis aí um feito considerável e uma incontestável superioridade de Roma. Com frequência, a historiografia moderna, principalmente a alemã, retomaria essa apreciação.

Cidade por longo tempo sem *stásis*, ela era também uma cidade ‘aberta’. Diversamente das antigas cidades gregas, ansiosas por preservar a “nobreza de seu sangue” e fechadas sobre si mesmas a ponto de não concederem senão excepcionalmente seus

direitos de cidadania, Roma foi sempre “generosa” nessa matéria. Aí se introduz o tema, prometido a um belo futuro nas comparações entre os gregos e os romanos, da “generosidade” romana ante a “avareza” grega.³⁵ Eis, para Dionísio, uma segunda superioridade manifesta de Roma, que fez dessa atitude uma política e, afinal, uma poderosa alavanca do império. Mostrar que um tal projeto simplesmente não teria sentido para a cidade grega seria fácil, já que ela se definia, segundo Aristóteles, como uma comunidade “acabada e auto-suficiente”: de saída, desde sua fundação, estava completa. Importa aqui, somente, o que Dionísio e muitos historiadores depois dele acreditaram e difundiram: Roma encontrou uma via que as cidades gregas não souberam tomar. Novamente Roma se revela uma cidade mais realizada: a mesma *pólis* que na Grécia, mas em sua perfeição. Ela é, diz Dionísio, a cidade “mais acolhedora e a mais humana de todas”, aquela que soube ser, mais autêntica e profundamente, uma comunidade (*koinótate*, I, 89, 1).

Com as *Antiguidades romanas* operou-se um interessante deslocamento: Roma não mais era julgada como cidade a partir da Grécia, mas ao inverso, as cidades gregas é que se mediam a partir de Roma, doravante percebida como a realização da cidade. A cidade grega não terminava com a batalha de Querônéia; Roma era o seu futuro! Se Dionísio, ao demonstrar que os romanos eram gregos, foi levado a helenizar Roma, reciprocamente, quando ‘restabeleceu’ a constituição de Rômulo, entregou-se a uma ‘romanização’ da cidade grega. Levando ao extremo o golpe de força polibiano, chegou a sustentar, com efeito, que Roma era uma cidade, uma cidade cujo sucesso provava a excelência de sua constituição, uma cidade plenamente acabada, mas ainda o modelo mesmo da *pólis*.

(35) Dionísio, II, 16-17. A abertura do direito de cidade, e portanto a mistura, é apresentada nesse contexto como uma superioridade indubitável de Roma. Ver P. Gauthier, ‘Générosité romaine et avarice grecque: sur l’octroi du droit de cité’, *Mélanges d’histoire ancienne*: offerts à William Seston, Paris, de Boccard, 1974, p. 207-215; *id.*, ‘La citoyenneté en Grèce et à Rome: participation et intégration’, *Ktéma*, 6 (1981), p. 167-179. Assim, estima Dionísio, foi o número e não o favor da Fortuna que permitiu a Roma superar as crises mais graves, como, por exemplo, depois do desastre de Canas. Por outro lado, ele é muito mais reservado quanto à alforria dos escravos (II, 16-17), que dá ocasião, hoje, a abusos injustificáveis.

Tal é a tese e suas principais implicações. O assunto era atual: num momento em que o Estado romano “cresceu ao ponto de curvar-se sob sua própria grandeza”, a questão de sua identidade parecia preocupar os senhores do mundo. Na contradança das origens, diante dos que, com Virgílio, proclamavam que os romanos não eram nem gregos nem etruscos, mas troianos, Dionísio responde: vocês evidentemente não são etruscos, pois são gregos, filhos de gregos; e se são troianos, ainda são, ou já eram, gregos.

Parte II

Nós e os antigos